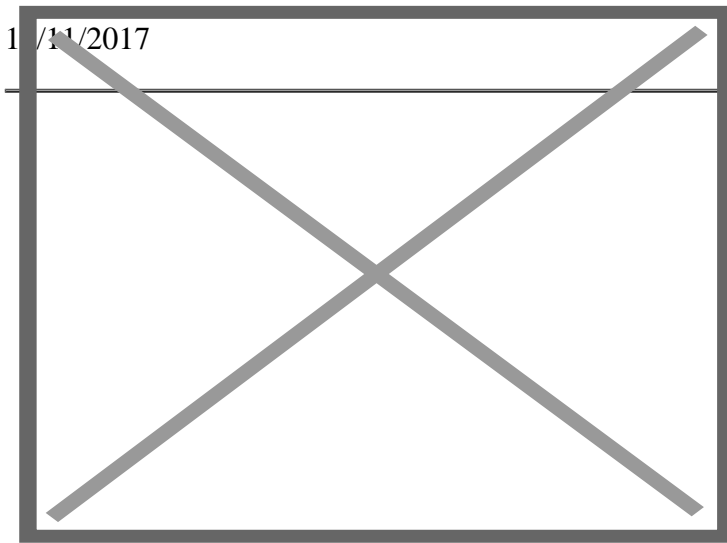


A antirreforma trabalhista: sem direitos e sem emprego | Miguel Rossetto



Entre 2003 e 2014, o Brasil ganhou mais de 20

milhões de empregos com carteira assinada. Em 2014, o desemprego foi o menor da história, 4,8%, assim como a informalidade, 34%. O salário mínimo teve 75% de aumento real acima da inflação e beneficiou 48 milhões de ativos e aposentados do campo e da cidade. Os sindicatos se fortalecem e conquistam aumentos de salário e qualidade no trabalho.

O período foi de recomposição positiva do mercado de trabalho, responsável por 75% da queda da desigualdade de 2002 a 2013. Num país de brutal concentração da

riqueza nacional, a renda começou a ser distribuída, a pobreza diminuída e o trabalhador valorizado. Foi o aumento da renda do trabalho que possibilitou o crescimento e o desenvolvimento social.

Estas conquistas vieram com a CLT, as negociações sindicais, a Justiça do Trabalho. Portanto, é falacioso e cínico dizer que a perda de direitos dos trabalhadores é requisito para a retomada econômica. São as escolhas econômicas que geram emprego ou desemprego.

Esta destruição trabalhista nada tem a ver com geração de empregos, modernização ou maior eficiência econômica. Ela é filha do golpe contra a democracia, a soberania nacional e os direitos do povo. Reduz o valor do trabalho e aumenta a exploração do trabalhador. Interrompe o ciclo virtuoso iniciado em 2003. Quer enfraquecer os sindicatos, acabar com direitos trabalhistas, dificultar o acesso à Justiça. Assim, sem qualquer diálogo, a mesma maioria parlamentar golpista aprovou esta antirreforma trabalhista em ritmo sumário. Quem comemora? O atraso, a desigualdade, a secular e maldita cultura escravocrata de elites incapazes de enxergar no trabalhador um cidadão de direitos. E foi este mesmo governo ilegítimo que editou portaria permissiva ao trabalho escravo. Quem perde? Os que trabalham e a esperança de fazer do Brasil um país mais igual, mais justo. Esta luta não acabou. Vale o apoio ao abaixo assinado de iniciativa popular dos movimentos sindicais para revogar esta antirreforma e preservar os direitos dos trabalhadores.

Miguel Rossetto foi ministro do Trabalho e Previdência Social e vice-governador do Rio Grande do Sul.